

[Handwritten signatures]

2015

Prestação de Contas Consolidada

[Handwritten signatures]



Câmara Municipal Montijo



INTRODUÇÃO

Após a publicação da Lei 2/2007 de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais – LFL), tornou-se obrigatória a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas para os municípios que detivessem serviços municipalizados ou a totalidade de entidades do setor empresarial local.

Contudo e por informação da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), atendendo que o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) não previa qualquer alusão à consolidação de contas, considerou-se que apesar de previsto legalmente a elaboração da prestação de contas consolidada estava condicionada à publicação de instruções ou de alteração ao POCAL.

Em 2010 com a publicação da Portaria 474/2010 de 1 de julho, que aprovou a orientação 1/2010 – “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no setor público administrativo”, ficaram estabelecidos os princípios orientadores e requisitos mínimos que devem constar no processo de elaboração da prestação de contas consolidadas para o setor público administrativo onde se incluem os municípios.

Em abril de 2011 o Subgrupo de Apoio técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) emitiu uma instrução sobre consolidação de contas pelos municípios, tornando clara a sua obrigatoriedade independentemente dos limites estabelecidos na portaria 474/2010, considerando porém que a obrigatoriedade de consolidação com empresas municipais estava restringido aos municípios que detinham a totalidade do capital social.

Em 2013 com a aprovação da Lei 73/2013 de 3 de setembro que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), existiu uma alteração no conceito de perímetro municipal, aproximando o mesmo da orientação da portaria 474/2010, estabelecendo-se que todas as entidades onde o município tem controlo fazem parte do perímetro de consolidação. Estabelece o RFALEI que para além do Relatório de Gestão, compreende a prestação de contas as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço consolidado
- Demonstração consolidada dos resultados por natureza
- Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais
- Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação, o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza

Assim e conforme previsto na legislação em vigor foi elaborado o Relatório de Gestão e as respetivas demonstrações financeiras previstas no RFALEI.

Os procedimentos de consolidação de contas relativos ao exercício de 2015 tiveram como objetivo a apresentação de documentos que demonstrem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira do grupo autárquico.

Com base na experiência dos últimos anos, os procedimentos de consolidação consistiram no seguinte:

- Harmonização das demonstrações financeiras para o POCAL
 - Para além da reclassificação contabilística por existir um plano de contas diferente é também necessário, quando considerado materialmente relevante, alterar critérios valorimétricos.
- Agregação das demonstrações financeiras
 - Dado que o município apesar de deter o controlo não possui qualquer participação financeira nas entidades do perímetro de consolidação, apenas se procede à agregação de saldos e transações, não sendo necessário anular a participação financeira.
- Apuramento e anulação dos saldos e transações intragrupo.
- Preparação de informação explicativa no anexo das contas consolidadas.

Adicionalmente e por força da aplicação do RFALEI constitui o grupo municipal as seguintes entidades:

- Entidade consolidante
 - Câmara Municipal do Montijo (CMM)
- Entidades consolidadas
 - Serviços Municipalizados do Montijo (SMAS)
 - Controlo absoluto da entidade pela CMM
 - Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo (AFPDM)
 - Controlo da entidade pela CMM de acordo com os estatutos da mesma, sendo considerado para efeitos de consolidação que não existem interesses minoritários.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

2015

Relatório de Gestão Consolidado

[Handwritten initials]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]



Câmara Municipal Montijo



[Handwritten signature]

RELATÓRIO DE GESTÃO – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2015



SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Considerando que a situação económica e financeira das entidades compreendidas no perímetro municipal que se encontra refletida nas respetivas demonstrações financeiras individuais, optou-se por neste ponto fazer uma análise global das contas consolidadas sintética.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Dado que a preparação do orçamento da AFPDM não segue o previsto no POCAL, as demonstrações financeiras orçamentais refletem apenas os fluxos orçamentais sem existir uma comparação dos montantes realizados com os montantes orçamentados.

No exercício de 2015 e de acordo com os fluxos de caixa consolidados o total de receita cobrada foi de 33.677 mil euros e a despesa de 33.461 mil euros, resultando num acréscimo do saldo de gerência orçamental de 216 mil euros.

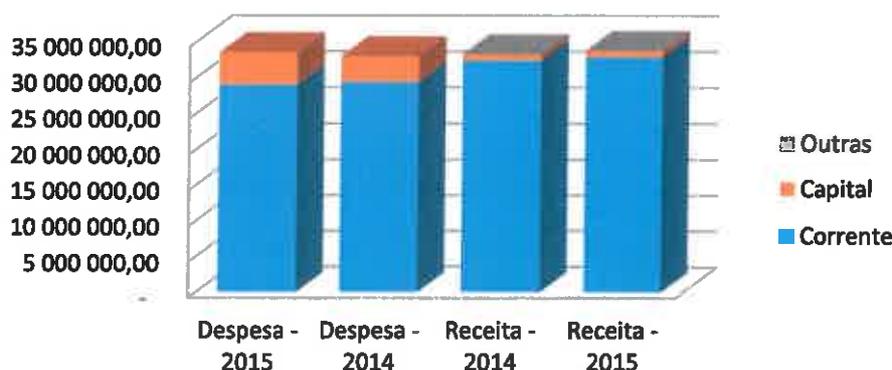


Face ao exercício de 2014 verifica-se que os valores executados são semelhantes, mantendo-se a tendência de incremento do saldo de gerência orçamental.

Desagregando as componentes da despesa e receita pelas suas características de corrente ou de capital, à semelhança do exercício de 2014, continua-se a verificar a predominância significativa da receita corrente e da despesa corrente, sendo que a primeira é superior à segunda.

[Handwritten signatures and initials]

Composição e variação da receita e despesa



POSIÇÃO FINANCEIRA

O ativo do grupo municipal totaliza 113.164 mil euros, apresentando um incremento face a 2014 de 2.121 mil euros. Importa ainda referir que o ativo não inclui todos os bens obtidos a título gratuito pelo município, nomeadamente de operações de loteamento, estando o processo de inventariação dos mesmos ainda a decorrer, pelo que o valor do ativo deverá ser sujeito a incrementos positivos.

No que respeita ao passivo este é de apenas 26.572 mil euros e já inclui 10.412 mil euros de proveitos diferidos e não correspondem a qualquer pagamento futuro, mas sim de um mero diferimento contabilístico de receita já recebida. Quando comparado com o período homólogo de 2014, verifica-se uma redução global do passivo de 1.587 mil euros

Detalhando o ativo pela sua natureza e comparando com o exercício de 2015 com o de 2014, constata-se que a variação da estrutura é residual, sendo a mesma apenas significativa nos investimentos financeiros pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) com as entidades participadas.

Também no passivo a variação da estrutura do mesmo é residual, sendo a variação mais significativa a redução dos empréstimos bancários em aproximadamente 895 mil euros.

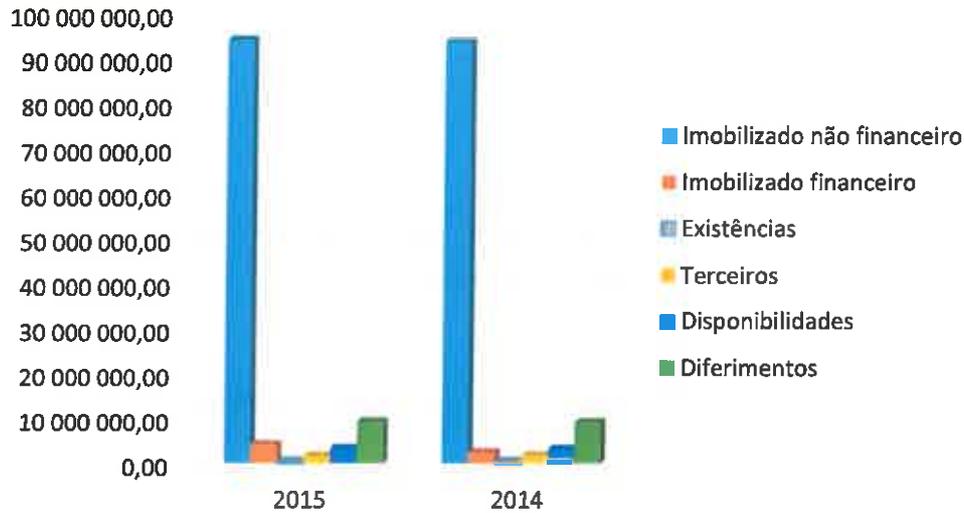
[Handwritten signature]

RELATÓRIO DE GESTÃO – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2015



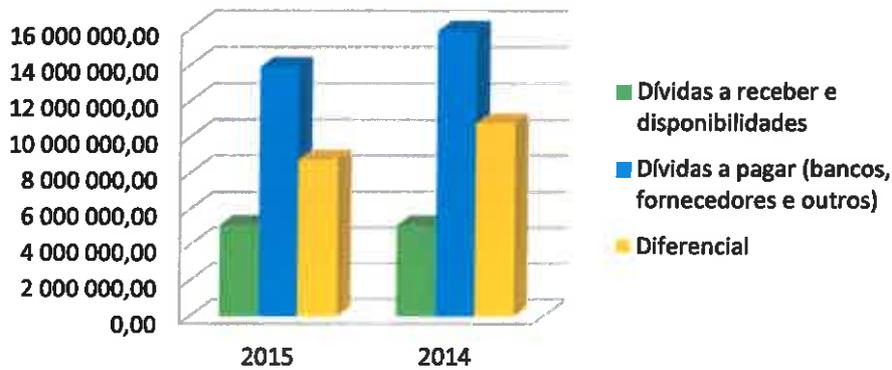
[Vertical list of handwritten signatures]

Estrutura e variação do ativo



Quando analisada a capacidade de fazer face às responsabilidades com terceiros, verifica-se que o grupo municipal reduziu o diferencial do valor a pagar a terceiros do montante a receber e meios financeiros.

Evolução da dívida a receber e a pagar



RELATÓRIO DE GESTÃO – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2015



De salientar que os ativos considerados nas dívidas a receber não incluem os acréscimos de proveitos, nomeadamente o valor dos impostos municipais a cobrar em 2016 referentes ao exercício económico de 2015, sendo que esta rubrica totaliza em 2015 cerca de 9.262 mil euros, montante superior ao diferencial apurado no gráfico acima.

DESEMPENHO ECONÓMICO

No exercício de 2015 verificou-se um resultado líquido positivo de 1.709 mil euros, tendo o mesmo sido incrementado face ao exercício de 2014 em 95%, situação conseguida com uma ligeira redução dos custos e um aumento dos proveitos.

De referir também que o resultado gerado em 2015 é essencialmente de natureza operacional, ou seja que não se deve a factos anormais ou que não derivem da atividade do grupo municipal.

Natureza	Custos		Proveitos		Resultado		Variação do Resultado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	%	Valor
Operacionais	31 290 701,09	31 124 388,27	32 862 324,96	31 660 290,95	1 571 623,87	535 902,68	193%	1 035 721,19
Financeiros	225 893,89	239 729,52	155 683,11	16 475,48	-70 210,78	-223 254,04	-69%	153 043,26
Extraordinários	418 563,72	677 435,11	627 878,04	1 241 423,50	209 314,32	563 988,39	-63%	-354 674,07
Imposto s/RL	1 794,30	2 192,37	0,00	0,00	-1 794,30	-2 192,37	-18%	398,07
Total	31 936 953,00	32 043 745,27	33 645 886,11	32 918 189,93	1 708 933,11	874 444,66	95%	834 488,45

Dado que os custos e proveitos operacionais são os mais relevantes, detalha-se a sua composição nos pontos seguintes:

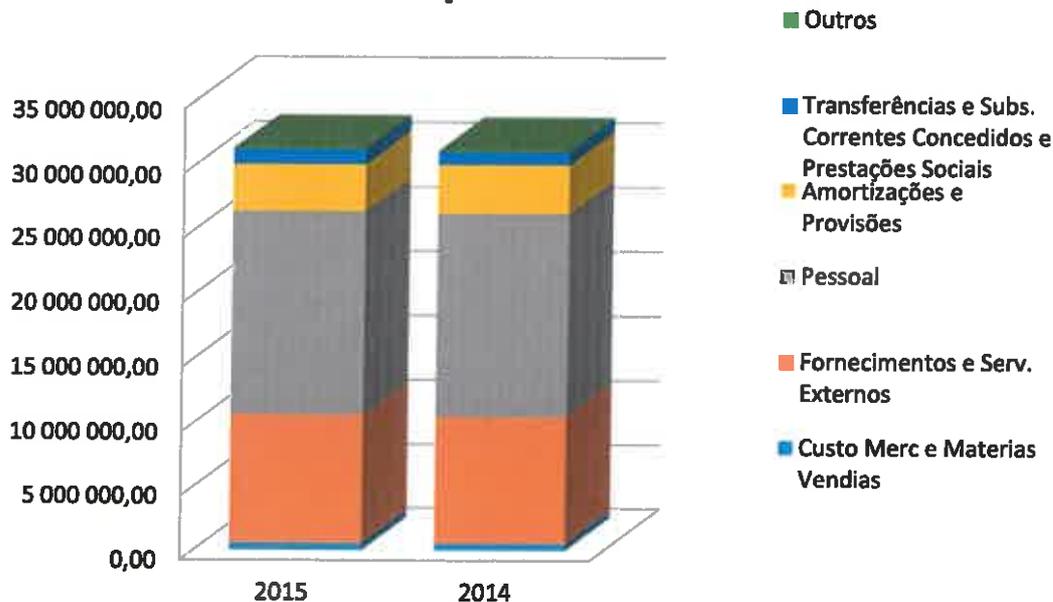
- Custos operacionais

Compõe-se essencialmente por Custos com Pessoal (50%) e Fornecimentos e Serviços externos (32%). A rubrica de provisões e amortizações totaliza cerca de 12% do total de custos, sendo que a mesma não corresponde efetivamente a uma saída de fluxo financeiro.

[Handwritten signature]



Composição e evolução dos custos operacionais



[Handwritten initials/signatures]

• **Proveitos operacionais**

Os proveitos operacionais são repartidos essencialmente por Impostos e Taxas (38%), Transferências e Subsídios Obtidos (32%) e ainda pelas Vendas e Prestações de Serviços (30%).

Composição e variação dos proveitos operacionais

